

EDITORIAL

Democracia e repressão na Universidade

As universidades públicas, como centros de afirmação dos princípios democráticos, devem se pautar no respeito ao pensamento plural. Quando os espaços de convivência democrática se estreitam, por normas estatutárias anacrônicas, ou intolerância das chefias, assistimos com frequência a um embate de acusações infundadas, que extrapola os limites da Universidade.

Assim, um problema que poderia ter sido resolvido com sensatez, no âmbito da USP, acabou se convertendo num grande pretexto para que tanto a Reitoria como membros do Conselho Universitário viessem, mais uma vez, a jogar sobre o movimento estudantil a responsabilidade plena pela interrupção de uma reunião do CO, na qual estava sendo discutida a ampliação de vagas dos cursos de graduação.

Esta versão parcial e reducionista dos fatos acabou sendo divulgada pelos principais meios de comunicação de massa e não mereceu nenhum reparo posterior. Foi um ato de vândalos, segundo fonte ouvida pela imprensa, no qual até “fogos de artifício, de uso condenado nos está-

dios de futebol”, foram acionados na ocupação do CO. “*Spray* tóxico foi lançado no rosto dos conselheiros”, repetem alguns jornais, sem sequer apurar o episódio.

Como decorrência, prontamente foi instalada uma comissão de sindicância para apurar as responsabilidades — bem entendido, punir os estudantes envolvidos.

Território livre

O alvo das manifestações que culminaram nesse festival de desencontros eram, na verdade, as fundações privadas, que transformaram a USP num território livre para a prática de um verdadeiro estelionato cultural. Por meio dele, o nome e o respeito da mais prestigiada universidade da América Latina são usados sem nenhum constrangimento, na venda de serviços que acabam gerando uma nova fonte de renda para alguns docentes, sob o olhar complacente da Reitoria e de órgãos como a CERT.

Procurou-se desqualificar a ocupação do CO, por ter ocorrido antes do início da discussão de um regimento para as fundações. Mas, caso ocorresse no instante exato da pauta prevista, ela teria sido tolerada? Absolutamen-

te não. Outros pretextos surgiriam a fim de se desqualificar a manifestação estudantil. Isto simplesmente porque não há nenhum respeito a uma prática democrática no âmbito dos fóruns gestores da Universidade.

O Conselho Universitário, por exemplo, concentra poderes excessivos numa casta de titulares que se alongam nos cargos de direção e instâncias representativas até a idade dos 70 anos. Um grupo reduzido de docentes exerce um controle absoluto das instâncias de decisão e impede, com fundamento num estatuto retrógrado, a democratização do poder gestor da universidade. E chamam de violentas as manifestações estudantis, que questionam este regime conservador e elitista que se prolonga por décadas.

Farsa

Os órgãos de comunicação da USP, que deveriam compartilhar os espaços de seus veículos com a comunidade acadêmica, estudantil e de funcionários dos *campi*, corroboram o autoritarismo da elite dirigente.

De maneira complacente, a comunicação, dita social, pratica um arremedo de jor-

nalismo, sob a tutela de profissionais que, por exercerem cargos de confiança do Reitor, abdicam de princípios éticos que disciplinam o direito de expressão nas modernas democracias.

Essa farsa é executada com tal desenvoltura que os seus gestores até se sentem injustificados quando denunciados por tais práticas. Brandem ameaças, invocam leis, dizem-se éticos, numa tentativa desesperada de justificar o injustificável.

Enquanto persistirem esses esquemas de poder referendados por escolhas de um colégio restrito de membros, no qual a troca de favores e de cargos prevalece como moeda, e o Reitor for nomeado diretamente pelo Governador, a USP não conhecerá a democracia. Somente uma reforma estatutária, que acabe com o atual sistema de castas, poderá abrir caminho para que a universidade se torne cidadã, plural e democrática.

Para acelerar esta conquista, é indispensável, já na escolha do próximo reitor, que os três atores coletivos do fazer universitário — alunos, docentes e funcionários — sejam ouvidos nas urnas e vejam respeitada sua decisão.

CAMPANHA SALARIAL

Assembléia geral no dia 16/8, na Geografia

- Em reunião no dia 9/8, o CR da Adusp decidiu indicar às unidades que sejam realizadas assembléias setoriais, face à nova proposta do Cruesp, e assembléia geral nesta quinta-feira, dia 16, às 17 horas, na Geografia.
- Sobram argumentos favoráveis a um reajuste complementar. Para conquistá-lo está faltando você na mobilização!

DCE e Rádio USP debatem fundações

CARTAS

Caso Fipecafi: “os princípios das fundações são incompatíveis com os das instituições públicas”

Caros colegas:

Demorou mas aconteceu: uma das fundações ligadas (patrocinadas? apoiadas? usuárias da sigla?) à FEA solicitou ao MEC (sem conhecimento da USP? Não era necessário, pois fundações são sociedades civis, totalmente independentes) autorização para criar uma faculdade com curso de graduação (pago ou não pago é irrelevante), solicitação aceita, segundo a Folha de S. Paulo de 26/7/01.

Parece que o Reitor convocou uma reunião de diretores da USP para discutir o assunto. Ficaria muito contente se a Adusp voltasse a tomar o assunto de forma vigorosa, em continuação ao excelente dossiê apresentado na Revista Adusp.

Na verdade o acontecido era esperado e inevitável. Sociedades civis são independentes e todo o discurso em torno de sua subordinação (e qualquer outro tipo de associação, com outro nome, como “Centro de...”) às unidades é mera retórica ingênua, para dizer o menos.

Os princípios das fundações e assemelhados (lucro, basicamente, mesmo que seja para “reparti-lo”) são incompatíveis com os princípios das Instituições Públicas (benefício à população, sem lucro).

Abraços,

José Maria Pacheco de Souza, Professor Titular do Departamento de Epidemiologia-Faculdade de Saúde Pública, USP

A atuação das fundações privadas continua objeto de intenso debate dentro e fora da USP, especialmente depois que foi divulgada a aprovação, pelo Ministério da Educação, da criação de uma faculdade particular pela Fipecafi.

O Conselho Universitário (CO) deverá examinar no dia 4 de setembro a minuta de resolução que trata das fundações. Enquanto isso, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que lançou um jornal especial sobre o assunto, organizou um ciclo de debates nos dias 14, 15 e 16 de agosto.

O primeiro debate, “Universidade Pública e Fundações”, no dia 14 às 18 horas,

será realizado no auditório Abrahão de Moraes, do Instituto de Física. Está prevista a participação das professoras Lisete Arelaro e Maria Margarida Salomão (reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora), do professor Otaviano Helene e de um membro da Comissão de Legislação e Recursos (CLR).

“Fundações Privadas na USP”, no dia 15, às 18 horas, no auditório FEA-5, terá como debatedores os professores Jair Borin e Maria Teresa Fleury (ou Eliseu Martins, diretor da FEA) e o diretor do jornal Correio da Cidadania, o ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio.

O terceiro e último debate, “Ocupação do CO e a criminalização do movimento estudantil”, será nas Ciências Sociais, no dia 16 às 18 horas. Deverá contar com a participação dos professores Gabriel Cohn e Sílvio Salinas (diretor do IF), do advogado e deputado federal Luis Eduardo Greenhalgh e do jornalista José Arbex.

Também a Rádio USP levará ao ar debate sobre as fundações, no dia 17, às 8 horas, em programa ao vivo com a participação de Maria Paula Dallari Bucci, procuradora da USP, Ciro Teixeira Correia, presidente da Adusp, e um representante das fundações, ainda não indicado.

Sindicância sobre ocupação do CO deve terminar em 28/8

A Comissão de Sindicância instaurada pelo Reitor da USP para apurar a ocupação do Conselho Universitário (CO), pelos estudantes, na sessão de 26/6, deve apresentar suas conclusões até o dia 28/8.

Formada pelos professores Sílvio Salinas (IF), Roberto Mendonça Faria (IFSCar) e pela advogada Livia Zaço (da Consultoria Jurídica), a comissão já ouviu diversos professores integrantes do CO, além de vários estudantes envolvidos na manifestação, que questionava o projeto de regulamentação das fundações privadas na USP, que iria a voto no CO.

Na opinião do Diretório Central dos Estudantes (DCE), a comissão está tentando encontrar responsáveis individuais para

uma ação coletiva do movimento estudantil. Para o DCE, a sindicância está sendo utilizada como instrumento político de repressão e de criminalização do movimento. O presidente da comissão, Sílvio Salinas, estava em Brasília e não foi localizado pelo *Informativo Adusp* para que comentasse a crítica do DCE. Também procurado, Roberto Faria não retornou a ligação.

Adusp protesta contra repressão ao movimento social na Argentina

No final de junho, a diretoria da Adusp enviou carta ao embaixador da Argentina no Brasil, Juan José Uranga, protestando contra a violenta repressão do governo Fernando de la Rúa ao movimento contra o desemprego. Até aquele momento, a repressão policial havia resultado na morte de três trabalhadores e prisão de vários outros.

Segue a íntegra da carta, datada de 27 de junho:

“A Adusp, por meio da sua Diretoria, vem manifestar o seu protesto contra a violenta repressão da luta social dos

trabalhadores de General Mosconi, no norte da Argentina.

Os protestos de trabalhadores e desempregados são motivados pela gravidade da situação econômica e social. Eles constituem uma forma legítima de luta para evitar que a crise do país se descarregue nas costas dos que trabalham, ou precisam urgentemente de um trabalho, para sobreviverem.

Repudiamos, portanto, a morte de três manifestantes, e expressamos a nossa dor por esse fato. Exigimos a imediata liberdade dos dirigen-

tes José Barraza, Oscar Gil e César Rainieri. Exigimos também o fim das perseguições contra José Fernández e Oscar Ruiz. Entendemos que esse tipo de perseguição é incompatível com a dignidade dos cidadãos na democracia.

Este protesto é o nosso dever, como entidade representativa dos docentes da maior universidade do Brasil. Solicitamos que, através do Sr., esta manifestação chegue às autoridades competentes na Argentina.

Sem outro particular, receba, Sr. Embaixador, nossas respeitadas saudações.”

Assembléia Legislativa convoca audiência sobre plano de expansão de vagas do Cruesp, em 23/8

O deputado César Calegari (PSB) esteve na sede da Adusp no dia 6/8, acompanhado de um assessor do deputado Jamil Murad (PCdoB), para discutir a proposta do Cruesp de expansão de vagas no sistema público. Calegari informou que a Assembléia Legislativa realizará audiência pública sobre a questão da expansão de vagas nas universidades no dia 23/8, às 10 horas, no auditório Franco Montoro.

No primeiro semestre, a Assembléia aprovou em plenário a criação de uma Comissão de Representação para acompanhar os debates relativos às Universidades, “em particular no que concerne à expansão de vagas na graduação”.

Além de Calegari e Murad, integram a Comissão os de-

putados Claury Alves (PTB), Sidney Beraldo (PSDB), Peterson Prado (PPS), Caldini Crespo (PFL) e Mariângela Duarte (PT).

Reunião com o Cruesp

Calegari quis saber se a Adusp tinha conhecimento anterior da proposta do Cruesp. Ele manifestou surpresa ao saber que desde final de junho as entidades que constituem o Fórum das Seis vinham solicitando, sem sucesso, a proposta ao Cruesp e só tiveram acesso a ela na semana anterior, pela página da USP na Internet.

A Comissão de Representação, informou Calegari, agendou reunião com o Cruesp para 15/8, para discutir a proposta. E propôs que se realizasse uma reunião com o



Diretoria da Adusp com representantes da AL

Fórum das Seis, no dia 16/8.

Na reunião com o deputado, houve uma avaliação prévia da proposta do Cruesp. Há consenso de que ela está centrada no oferecimento de cursos seqüenciais e na implantação de ciclos básicos no âmbito do Centro Paula Souza.

Para as universidades estaduais é proposto aumento

do número de vagas de 5% ao ano durante quatro anos, chegando ao final do quarto ano em 20.000 novas matrículas — uma tímida expansão do sistema atual.

Os exemplos conhecidos de cursos seqüenciais revelaram-se uma falácia, meros programas curriculares de nível técnico com “carimbo” de curso superior.

Formação aligeirada, sem prejuízo da qualidade?

O número de vagas oferecido por instituições públicas de ensino superior tem-se mantido basicamente constante em São Paulo há décadas, dando espaço a uma desenfreada expansão do ensino particular, com aval do MEC, quase todo sem a devida qualidade. A situação chegou a ponto de as vagas oferecidas pelas três universidades estaduais nos seus cursos de graduação, 15.200 ao todo, representarem menos de 5% do total de novas matrículas.

O número de formandos do ensino médio tem crescido significativamente, graças, em parte, a intervenções da Secretaria Estadual da Educação, as quais, também, nem sempre resultam em manutenção ou elevação da qualidade do ensino.

Neste contexto, um documento intitulado “Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior”, de autoria dos Pró-Reitores de Gradu-

ação das três universidades e endossado pelo Cruesp, certamente causaria, como de fato causou, euforia em parcelas da sociedade. Entretanto, quando a versão “final” veio a público, no início da semana passada, a preocupação, que já se delineava a partir de informações parciais reproduzidas pela imprensa, transformou-se em indignação.

Cursos superiores?

Segundo o *Jornal da USP* de 6 a 12/8/2001, que reproduz partes do documento, seu conteúdo foi aprovado em reunião do Conselho (qual?) em 20 de julho e apresentado oficialmente aos *dirigentes da USP (sic)* na segunda-feira, 30 de julho.

Se é louvável que no documento seja reconhecida a necessidade de se manter condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão nas três universidades estaduais, incluindo nestas a contratação do corpo docente em regime estatutá-

rio, por outro lado a expansão proposta pelo Cruesp neste modelo é extremamente tímida: apenas 27% ao longo de 10 anos, correspondendo a 4.200 novos ingressantes. São propostos cinco novos *campi*, entretanto não se encontra no documento especificação sobre que fração das 4.200 vagas corresponderá a cada campus. Nem, ao menos, quais cursos viriam a ser instalados pela USP nos três *campi* que ela reivindica.

À página 14, o documento dá a entender que existe hoje, nas três universidades e na Fatec, disponibilidade física para 22.000 estudantes, dos quais 7.700 no período noturno da USP.. Como o público em geral e o governo vão encarar esta informação?

Em argumentação análoga, são citados 29.000 lugares fisicamente disponíveis nas escolas técnicas estaduais (Ceteps), concentrados em 2/3 no período da tarde. Esta é a parte da proposta que

efetivamente assusta quem vivencia a educação superior: o Cruesp propõe, no prazo de dois anos, ocupando tais vagas (e construindo 20 prédios em cidades estratégicas) matricular 15.000 (mais 32.000 estudantes) em cursos seqüenciais e básicos de quatro semestres de duração, empregando novos docentes na proporção de 1 professor para 40 alunos!

A leitura atenta do documento deixa a nítida impressão de que nem mesmo seus proponentes têm claro qual o caráter destes cursos superiores e como garantir a qualidade deles, apesar da supervisão pelas três estaduais.

Fórum das Seis

O Fórum das Seis, juntamente com os DCEs, deverá apresentar uma proposta de ampliação do ensino público superior em São Paulo, que deverá ter como base propostas anteriores já preparadas por diversas entidades.

Há recursos para uma política salarial. Só falta você na mesa de negociação!

Já no encerramento do 1º semestre todos os prognósticos indicavam a possibilidade de termos um reajuste superior a 6% na nossa data base em maio. O único argumento do Cruesp que mostrava alguma consistência eram as incertezas geradas pelo Apagão sobre o desempenho da economia no próximo período. Mas tal fator não necessariamente refletiu-se sobre a arrecadação fiscal. Ela atua sobre os segmentos econômicos que permanecem ativos, ao mesmo tempo em que o controle da sonegação fiscal oferece margem de compensação de perdas muitas vezes superior à crise prenunciada.

Portanto, não se justificava que as reitorias deixassem de repetir ao menos o compromisso de 2000. Ou seja, conceder novo reajuste em outubro e janeiro, a partir da apuração de uma arrecadação que se configurava acima do previsto. A memória de nosso movimento no ano passado ainda tem seu peso. As manifestações que realizamos no final do semestre não tiveram a mesma densidade, mas foram significativas. Contudo as reitorias responderam apenas com a “fórmula zero de reajuste”, como registramos em nosso último boletim.

Os modelos, expressões e a extensa base de dados discutidos tecnicamente com o Cruesp podem obscurecer a avaliação das possibilidades para um reajuste sala-

rial adicional neste ano. Já o dado macroscópico revela melhor este potencial e as prioridades que estão sendo definidas pelas administrações atualmente no poder das universidades.

A **tabela 1** mostra a variação dos salários e ICMS entre 1995 e 2000, bem como a arrecadação final esperada para 2001. Considerando o reajuste de 24,5% como concedido integralmente em 2000, o ICMS ficou 10,7% acima dos salários no referido período. Com o crescimento esperado para o ICMS em 2001, de pouco mais de 12%, e contabilizado apenas o reajuste de 6% conseguido até agora, a diferença nominal entre crescimento de salários e ICMS subirá para cerca de 17%.

A **tabela 2** indica com clareza o passo que está sendo dado pelas reitorias. O crescimento do ICMS, ao invés de corrigir os nossos salários, está sendo deslocado para aumentar a parcela referente a custeio e capital. Em 89, quando da fixação de repasses para as três universidades estaduais paulistas, os 8,4% então estabelecidos não chegavam nem a cobrir os salários. Em lutas sucessivas junto à Assembleia Legislativa, conseguimos elevar este percentual para 9,57%. Assim, o comprometimento médio com salários nas três universidades ficou em 87% nos últimos 6 anos.

Entretanto, é inaceitável que o desejável aumento na parcela de recursos para cus-

Tabela 1

	Variação no período(%)		Diferença (%)
	ICMS	Salários	
1995/2000	68,1	51,8	10,7
1995/2001 (*)	88	60,9	17

(*) considerando as projeções da Adusp para o ICMS a partir de agosto/2001 e apenas um reajuste de 6% neste ano.

Tabela 2

	Total	Unesp	Unicamp	USP
Média 1995 a 2000	87	90	88	85
2001 (*)	83	85	85	81

(*) considerando as projeções da Adusp para o ICMS a partir de agosto/2001 e apenas um reajuste de 6% neste ano.

Tabela 3

Jan/73(1)	Fev/89(2)	Mai/01
9.326*	5.651*	3.864

* em reais, a valores de hoje pelo ICV-DIEESE.

(1) Mês do pico salarial para os servidores das universidades estaduais paulistas.

(2) Mês do decreto que fixou repasses mínimos para as universidades estaduais paulistas.

teio e capital das universidades seja feito em detrimento da recuperação da enorme defasagem salarial acumulada. Essa, inclusive, havia sido a compreensão do CO da USP no orçamento do ano passado, quando definiu 88% para gastos com pessoal. Não nos parece que essa realidade tenha sido superada. O salário bruto de um doutor em RDIDP alcança o valor de R\$3.864, bastante distante de alguns valores históricos que já tivemos (**tabela 3**). Não havendo novo reajuste o comprometimento salarial das três universidades tende

a fechar o ano em 83%. Em relação aos últimos 6 anos estariam sendo tolhidos cerca de 4% da parcela do orçamento destinada a salários.

Enquanto isso, as reuniões técnicas com o Cruesp percorrem um caminho estafante. Na última, dia 8 de agosto, o valor proposto para definir o reajuste salarial começou a sair de um patamar negativo, para tender a zero por aproximações sucessivas...

Sobram argumentos favoráveis a um reajuste complementar. Para conquistá-lo está faltando você na mesa de negociação!

Professores das federais entram em greve no dia 22/8

Os docentes das instituições federais, reunidos em Brasília no dia 4 de agosto, indicaram por unanimidade greve nacional a partir de 22 de agosto. As 29 seções sindicais da Andes estiveram representadas no encontro.

Segundo a Andes, “as medidas governamentais que objetivam viabilizar um superávit orçamentário de 3,5% do PIB, conforme acordo com o FMI, para o pagamento da dívida pública, inviabilizarão o funcionamento digno das Instituições Federais de Ensino”.

O novo acordo com o FMI, “inspirado nas violentas medidas adotadas pela Argentina, irá requerer cortes ainda mais violentos como a redução de salários, por meio da redução das gratificações (já em curso na carreira dos técnico-administrativos), em especial da

GAE, o item que compõe a maior parte do vencimento dos servidores”, diz a Andes, chamando atenção para “o aprofundamento da ruptura da isonomia entre os docentes das carreiras de terceiro grau e do ensino básico e da paridade entre ativos e aposentados”.